

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO -ESCOLA PAULISTA DE
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

KHIMBERLYN CAPELARI DOS SANTOS

IFRS 17: AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELA NOVA NORMA

OSASCO

2019

KHIMBERLYN CAPELARI DOS SANTOS

IFRS 17: AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELA NOVA NORMA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito de
avaliação do curso de Ciências
Atuariais da Universidade Federal de
São Paulo para obtenção de título de
bacharel em ciências atuarias.

Professor orientador: Joelson
Sampaio

OSASCO

2019

Santos, Khimberlyn Capelari dos.

IFRS 17: As mudanças propostas pela nova norma; Orientador
Joelson Sampaio. – São Paulo 2019 45 f.

Monografia (graduação) – Escola Paulista de Política Economia e
Negócios da Universidade Federal de São Paulo. Área de
concentração: negócios.

1 IFRS 17. 2 IASB. 3 norma. 4 mudanças.

DEDICATÓRIA

Aos amigos de faculdade que levarei para sempre comigo, Carlos Cruz, Erica Machado, Guilherme Moura, Matheus Massih, Ricardo Pormann, e Victor Borba.

Aos meus irmãos, Nicholas e Vitor.

Aos professores que tive no decorrer da vida.

Ao meu melhor amigo, Carlos Yury.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar pelo que Ele tem me proporcionado.

Agradeço aos meus irmãos e minha mãe pela paciência, carinho e incentivo dado até aqui.

Agradeço aos amigos que vieram junto com o curso, os quais tornaram todas as dificuldades menos pesadas de serem ultrapassadas

Agradeço a todos aqueles os quais me ensinaram algo, seja na faculdade, no trabalho ou na caminhada da vida.

RESUMO

Após anos de avaliação o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguros que entra obrigatoriamente em vigor em 2021. Uma vez em vigor a IFRS 17 substitui a IFRS 4, emitida em 2005.

Considerando uma época de mudanças para o ambiente de seguros no Brasil e no mundo, o presente trabalho teve como objetivo entender a nova norma emitida pelo IASB, conhecida atualmente como IFRS 17 e a compará-la com as práticas atuais adotadas pelo mercado segurador dentro de um contexto geral, uma vez que a norma atual permite a fusão entre normas locais e internacionais.

Palavras-chave: IFRS 17, IASB, norma, mudanças.

ABSTRACT

After years of evaluation, the IASB issued IFRS 17 – Insurance Contracts, which is mandatory on after 1 January 2021. The standard will replace IFRS 4, issued in 2005.

Considering changes for the insurance industries in Brazil and in the world, this paper aimed to understand the new standard issued by IASB, currently known as IFRS 17. Also, aimed to compare it with the current practices adopted by the insurance context within a general scenario, since the current standard allows to include some local standards.

Key words: IFRS 17, IASB, standard, changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mercado de Trabalho.	17
Figura 2- Contexto empresarial.	17
Figura 3- Nível de conhecimento.	18
Figura 4- Mudanças da norma.	18
Figura 5- Preparação de equipes.	18
Figura 6 - Esquema das reservas de prêmio.	25
Figura 7- Demonstração de prazos da IFRS 17.	27
Figura 8- Comparação dos modelos atuais.	33
Figura 9- Tabela resumo dos modelos.	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP – Abordagem de Alocação de Prêmio

ATV – Abordagem de Taxa Variável

BBA – Building Block Approach

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IASB – International Accounting Standards Board

IAS - International Accounting Standards

IBNR – Incurred but not reported (Sinistros Ocorridos mas não Avisados)

IFRS – Internacional Financial Reporting Standards

MSC – Margem de Serviço Contratual

PPNG – Provisão de Prêmios Não Ganhos

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

Sumário

INTRODUÇÃO	13
OBJETIVO.....	15
JUSTIFICATIVA	16
METODOLOGIA.....	17
HISTÓRIA DO SEGURO NO BRASIL	20
A SUSEP	20
O ATUÁRIO	21
CONTRATOS DE SEGURO	22
BASE LEGAL	22
CARACTERÍSTICAS	22
MERCADO DE SEGUROS	23
NO MUNDO	23
NO BRASIL	23
AS RESERVAS DAS SEGURADORAS	24
Provisões Técnicas	24
PPNG	24
IBNR	25
NOVA PRÁTICA.....	26
CENÁRIO	26
PRINCÍPIOS	27
SEGREGAÇÃO DE COMPONENTES.....	28
CARTEIRAS DE CONTRATOS	28
APLICAÇÃO E NÃO APLICAÇÃO	29
ABORDAGEM E MENSURAÇÃO	30
Building Block Approach	30
FLUXO DE CAIXA	30
TAXA DE DESCONTO	30

AJUSTE DO RISCO	30
Margem de Serviço Contratual (MSC)	31
ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (AAP)	32
ABORDAGEM DE TAXA VARIÁVEL (ATV)	33
PRÁTICA ATUAL X NOVA PRÁTICA	35
IFRS 4	35
COMPARATIVOS	35
ESTIMATIVAS ATUAIS	36
Atual	36
IFRS 17	36
TAXAS DE DESCONTO	36
Atual	36
IFRS 17	36
AJUSTE EXPLÍCITO DO RISCO	36
Atual	36
IFRS17	37
AGRUPAMENTO DE CONTRATOS	37
Atual	37
IFRS 17	37
RECONHECIMENTO DA ONEROSIDADE	38
Atual	38
IFRS 17	38
RECONHECIMENTO DO LUCRO	38
Atual	38
IFRS17	38
COMPARATIVIDADE DA RECEITA	39
Atual	39

IFRS 17.....	39
POLÍTICAS CONTÁBEIS CONSISTENTES	39
Atual.....	39
IFRS 17.....	39
ABORDAGEM PADRÃO PARA OS COMPONENTES DO CONTRATO	40
Atual.....	40
IFRS 17.....	40
INFORMAÇÕES	40
Atual.....	40
IFRS17.....	40
OS PRÓXIMOS PASSOS	40
CONCLUSÃO.....	42
BIBLIOGRAFIAS	43

INTRODUÇÃO

A preocupação com a mensuração e controle do patrimônio data de muito tempo. O início dessa prática registra mais de mil anos antes de Cristo, sendo tão antiga quanto a humanidade. Com isso, cada cidade (e posteriormente cada país) criava suas regras, leis e normas conforme a sua realidade comercial.

As atividades econômicas cada vez mais se desenvolviam nas cidades de maior fluxo mercantil do mundo a exemplo das italianas Gênova e Veneza. Foi nesse período que surgiram as primeiras normas de contabilidade de Luca Pacioli.

Com o avançar do tempo, o comércio transpassou barreiras geográficas e aproximou sociedades e nações em aspectos econômicos, sociais políticos e culturais. Nascia assim o processo de globalização e com ele a necessidade do entendimento mútuo do negócio. E para isso, tornou-se vital a criação de um regimento global, especialmente com o surgimento de companhias multinacionais.

Foi em 1973 que os organismos profissionais de contabilidade da Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido decidiram fundar o International Accounting Standards Committee (IASC) com o objetivo de criar uma padronização das normas contábeis para que estas pudessem ser interpretadas globalmente. As normas publicadas recebiam o nome de International Accounting Standards (IAS).

Entretanto, apenas em abril de 2001, criou-se o International Accounting Standards Board (IASB), que, assumindo as responsabilidades antes dadas ao IASC, transformou as IAS em padrões internacionais progressivamente. Atualmente, as normas publicadas pelo IASB recebem o nome de IFRS.

No Brasil, A adoção do IFRS em conformidade ao IASB às normas internacionais de contabilidade, tem seu início com a emissão da Instrução CVM n. 457 em julho de 2007, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conjunto com o Banco Central do Brasil. Dessa forma, torna obrigatório às companhias brasileiras de capital aberto a apresentar demonstrações financeiras consolidadas com base nas normas internacionais a partir do exercício de 2010, sendo-lhe facultada a adoção antecipada

Somente em julho de 2007 foi aprovada e publicada a Lei 11.638, modificando a Lei das Sociedades Anônimas (AS), n. 6.404, de 1976. A 11.638 estabelecia a adoção de

parte das normas IFRS para o contexto brasileiro com finalidade de harmonizar as normas locais com as internacionais para seus mercados.

Dentre os segmentos de mercado, o segurador, segundo a última pesquisa da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), cresceu 7,5% no primeiro semestre de 2018 comparado ao mesmo período de 2017. Ainda, em 2019, o setor como um todo, apresentou desempenho positivo no primeiro trimestre, crescendo 5,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para o mercado segurador global, o IASB emitiu duas normas IFRS específicas. A primeira, a IFRS 4 que dispõe sobre contratos de seguro, marcou a primeira fase da internalização sendo uma norma de transição e de adaptação ao que se tornou universal. Entretanto, permitia a realização da contabilização de contratos de seguro usando parte das normas contábeis nacionais, o que dificultou o processo de entendimento global de resultados. A sua substituta e mais recente norma, a IFRS 17, que entrará em vigor em 2021 e dispõe de mesmo assunto, possui estrutura mais profundamente idealizada e consequentemente, uma adoção mais complexa. Assim necessitará de uma coordenação e capacitação de profissionais de diversas áreas como atuarial e contábil para sua efetiva implementação.

OBJETIVO

Este trabalho teve por objetivo analisar aspectos da nova norma e posteriormente comparar o que por ela é proposto com as práticas atuais levando em consideração as informações fornecidas pela IASB, em nível global.

Desta forma, este trabalho

- especificou conceitos necessários ao entendimento das normas
- explicou conceitos necessários ao funcionamento do seguro no Brasil
- demonstrou partes para o entendimento do objetivo da norma IFRS 17
- comparou os as práticas atuais com a nova norma

JUSTIFICATIVA

A nova norma contábil para companhias seguradoras, a IFRS 17 – Contratos de Seguros com obrigatoriedade marcada para 2021 representa uma profunda alteração nos requisitos contábeis, atuariais e financeiros no geral da indústria seguradora. Como consequência, provocará impactos relevantes em todos esses aspectos dentro das entidades e no mercado segurador.

Para melhor entendimento da proposta do IFRS17, é imprescindível que se entenda quais mudanças o novo pronunciamento propõe se comparado com as normas atuais pois assim será possível a construção e adaptação de mecanismos e plataformas que satisfaçam as novas condições dos contratos de seguro.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa teve fins qualitativos, através de pesquisas realizadas em sites relacionados ao tema e de um questionário proposto para a verificação da relevância do tema.

O questionário consistiu em 5 (cinco) perguntas, aplicadas aos alunos de ciências atuariais, obtendo-se 12 (doze) respostas, a fim de:

- Identificar a inserção no mercado de trabalho

Você trabalha em uma

12 respostas

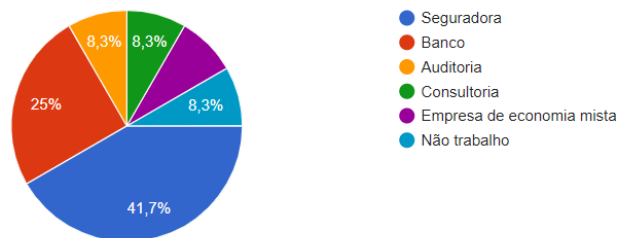


Figura 1- Mercado de Trabalho. Fonte: autoria própria

- Identificar o contexto empresarial em que o aluno está ou não inserido

Existe alguma área responsável por implementação de normas internacionais (IFRS) no seu local de trabalho?

12 respostas

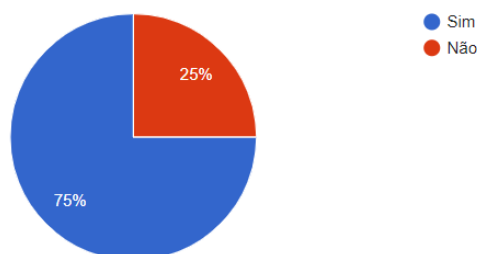


Figura 2- Contexto empresarial. Fonte: autoria própria

- Identificar o nível de conhecimento sobre as normas de contratos de seguro

O quanto você considera conhecer as normas IFRS 4 ou IFRS 17?

12 respostas

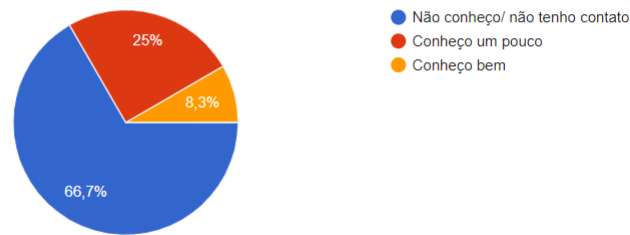


Figura 3- Nível de conhecimento. Fonte: autoria própria

- Identificar o entendimento do tema proposto por essa pesquisa:

Você entende as mudanças propostas pelo IFRS 17 em relação ao IFRS 4?

12 respostas

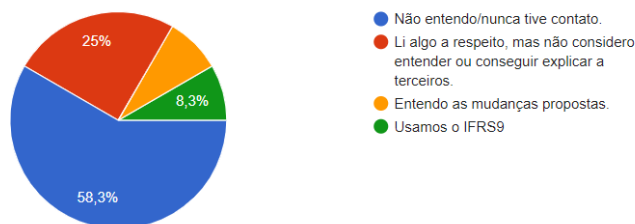


Figura 4- Mudanças da norma. Fonte: autoria própria

- Identificar como as entidades estão se preparando para o treinamento de suas equipes em relação as normas.

O seu local de trabalho está empenhado em produzir ferramentas para o entendimento da norma ? (apresentações, treinamentos entre outros)

12 respostas

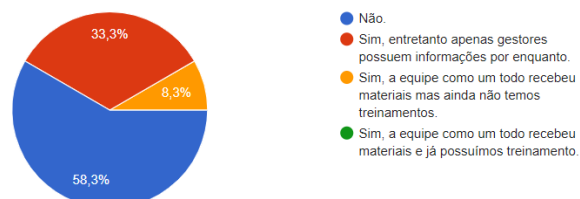


Figura 5- Preparação de equipes. Fonte: autoria própria

Como resultado, a pesquisa demonstrou a necessidade de maior aproximação com os conceitos propostos, visto que aproximadamente 92% dos entrevistados estão inseridos no mercado de trabalho e apenas 8,3% entendem as mudanças propostas.

CONCEITOS

HISTÓRIA DO SEGURO NO BRASIL

A atividade seguradora no Brasil teve início com a abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808. A primeira sociedade de seguros a funcionar no país foi a "Companhia de Seguros BOA-FÉ", em 24 de fevereiro daquele ano, que tinha por objetivo operar no seguro marítimo.

Neste período, a atividade seguradora era regulada pelas leis portuguesas. Somente em 1850, com a promulgação do "Código Comercial Brasileiro" (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850) é que o seguro marítimo foi pela primeira vez estudado e regulado em todos os seus aspectos.

Com a expansão do setor, as empresas de seguros estrangeiras começaram a se interessar pelo mercado brasileiro, surgindo, por volta de 1862, as primeiras sucursais de seguradoras sediadas no exterior. Ao final do século XIX, o mercado segurador brasileiro já havia alcançado desenvolvimento satisfatório.

A SUSEP

Em 1966, através do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, foram reguladas todas as operações de seguros e resseguros e instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); sociedades autorizadas a operar em seguros privados; e corretores habilitados.

O Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização - DNSPC -foi substituído pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio até 1979, quando passou a estar vinculada ao Ministério da Fazenda.

Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 22.456/33, que regulamentava as operações das sociedades de capitalização, foi revogado pelo Decreto-lei nº 261, passando a atividade de capitalização a subordinar-se, também, a numerosos dispositivos do Decreto-lei nº 73/66. Adicionalmente, foi instituído o Sistema Nacional de Capitalização, constituído pelo CNSP, SUSEP e pelas sociedades autorizadas a operar em capitalização.

O ATUÁRIO

O atuário é o profissional preparado para mensurar e administrar riscos. Seu trabalho se desenvolve em projetos, pesquisas e planos de fundos de investimento, na política de gestão desses fundos, na medição e administração de riscos, no cálculo de probabilidades e na fiscalização da previdência pública, privada e de seguros.

A atividade requer desenvolvimento de estratégias para o diagnóstico de problemas financeiros e a construção de modelos de ações em qualquer âmbito do mercado de capitais.

Suas ações se estabelecem em, basicamente, três setores econômicos:

- Seguros: trabalha com a fiscalização do trabalho técnico na área de seguros, ficando responsável pelos cálculos de prêmios e indenizações, além dos cálculos de probabilidades.
- Previdência: pode trabalhar tanto com a Previdência Social como com a privada, gerenciando os cálculos de fundos a serem criados para a cobertura de compromissos futuros, além de produzir relatórios de avaliação e mensuração do alcance da previdência e de possíveis riscos.
- Capitalização e investimentos: trabalha com a pesquisa de fundos de investimento, a elaboração de planos e políticas de investimento, com a gestão desses fundos, com aconselhamento e consultoria no mercado financeiro e a medição dos possíveis riscos.

A IFRS 17 tem caráter multidisciplinar e, portanto, o nível de complexidade também é desafiador. Para tanto, haverá a necessidade de alterar, de maneira significativa, a forma como as seguradoras coletam, armazenam e analisam os dados, bem como desenvolvem seus modelos atuariais e contábeis.

Para tanto, as entidades como um todo, terão que construir plataformas adequadas a modelos de mensuração do risco, precificação dos contratos, elaboração das

provisões técnicas entre outros, pelo atuário para que o resultado reflita os requisitos da norma e a realidade de cada entidade.

CONTRATOS DE SEGURO

BASE LEGAL

Nos contratos de seguro, segundo o Art. 757 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, do Código Civil, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo à pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. De um modo mais simples, através do pagamento do prêmio o segurado, seja pessoa física ou jurídica, transfere a responsabilidade de assumir o risco de um sinistro à seguradora, que por sua vez deve considerar no cálculo de suas reservas a quantia necessária para a cobertura registrada na apólice, uma vez que o seguro foi contratado e a apólice, acordada.

Os riscos podem ser relativos à vida, saúde ou ainda direitos e patrimônio do segurado, contra os quais eventuais fatos danosos podem acontecer.

O segurado tem por obrigação a prestação de informações corretas para que seja formulado o valor do prêmio do seguro, o pagamento das parcelas e a comunicação à seguradora da eventual ocorrência de sinistro, que deve ser tempestiva.

Por outro lado, as obrigações do segurador vão mais além, sendo basicamente: a prestação de informações ao segurado sobre as condições do seguro, de forma completa e antes do contrato ser firmado, já na contratação o fornecimento de cópia de documento que demonstre os termos da apólice, e a correta, integral e célere indenização ou cobertura quando da ocorrência do sinistro.

CARACTERÍSTICAS

De acordo com o professor Cesar Fiuza, o contrato de seguro é:

- Típico, por estar tipificado no Código Civil de 2002 nos artigos 757 a 802, além da legislação especial.
- Puro, pois não resulta da fusão de outros contratos.
- Oneroso ou cumulativo, pois a prestação do segurado ocorre diante de uma contraprestação do segurador.

- Bilateral, porque ambas as partes possuem direitos e deveres.
- Aleatório, em sua essência, pois a prestação do segurado é totalmente imprevisível, dependendo da ocorrência de sinistro futuro e incerto.
- Consensual, por não exigir a lei, de acordo com o artigo 758 do Código Civil atual a forma escrita, a menos que seja para efeito de prova.
- De execução futura, pois é celebrado num momento e executado em outro, podendo essa execução futura ser diferida ou sucessiva.
- Individual, por obrigar apenas as partes individualmente consideradas, podendo também ser coletivo, quando se segurar uma coletividade, como os passageiros de um avião, por exemplo.
- Tipicamente de adesão, pois o segurador é quem impõe as cláusulas ao segurado, que as aceita ou não.
- Impessoal, pois não se funda em qualquer vínculo personalíssimo entre as partes.

MERCADO DE SEGUROS

NO MUNDO

A indústria de seguros possui atuação expressiva na economia mundial. Segundo relatório da Swiss Re Institute, em 2017, os prêmios de seguros em todo o mundo atingiram o montante de R\$ 5 trilhões, 2,2% acima do alcançado em 2016. Na avaliação sobre os tipos de seguro, os de não vida mostraram crescimento maior, de 2,8%, enquanto os de vida tiveram aumento de apenas 0,5%. Nos mercados emergentes, os prêmios de vida e não vida aumentaram respectivamente, 14% e 6,1% em 2017.

NO BRASIL

Segundo o estudo publicado na Revista Tudo Sobre Seguros, em abril de 2019, o mercado de seguros regulado pela SUSEP arrecadou em prêmios e contribuições R\$ 21,5 bilhões, 3,9% acima do volume do mês anterior, excelente resultado para o mês em questão. No primeiro quadrimestre de 2019, entretanto, o mercado ainda mostra um decréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período de 2018.

Sobre os balanços das seguradoras reguladas pela SUSEP, no acumulado do ano até abril, houve aumento da sinistralidade (sinistros ocorridos / prêmios ganhos), que passou de 44,6% em 2018 para 50,2% em 2019.

AS RESERVAS DAS SEGURADORAS

Provisões Técnicas

As reservas técnicas, também chamadas de provisões técnicas são, simplificada, o quanto de dinheiro a seguradora precisa manter (reservar) em seu balanço de modo a arcar com os compromissos que deverá assumir com seus segurados.

O correto dimensionamento das provisões técnicas é de fundamental importância para a saúde financeira da seguradora. Se forem superdimensionadas, prejudicam a distribuição de lucros aos acionistas; se forem subdimensionadas, ameaçam a solvência das empresas. O atuário é o profissional responsável por seu cálculo.

Há provisões voltadas para prêmios e voltadas para sinistros. Duas delas são:

PPNG

A PPNG é constituída para a parcela de riscos em curso, ou seja, ainda não expirados e que podem gerar sinistros. No fim da vigência da apólice, essa provisão é zerada no passivo (obrigações) da empresa e todo o seu valor é reconhecido na demonstração do resultado como receita, na rubrica chamada de “prêmios ganhos”. A Figura 2 abaixo ilustra o conceito. Na data de cálculo da provisão (t_1), uma parcela do risco já expirou (de t_0 a t_1), dando origem a um prêmio ganho. A parcela vigente do risco até o fim do contrato (t_2) corresponde à PPNG.

Sob a ótica atuarial, a PPNG representa o valor esperado a pagar relativo a despesas e sinistros a ocorrer. Na prática, a provisão se relaciona diretamente ao valor do prêmio registrado na contabilidade, e se caracteriza pelo diferimento dos prêmios utilizados como base de cálculo. Como forma de simplificação, determinou-se a utilização do diferimento linear desses valores como regra para a constituição da provisão.

Reservas de Prêmios

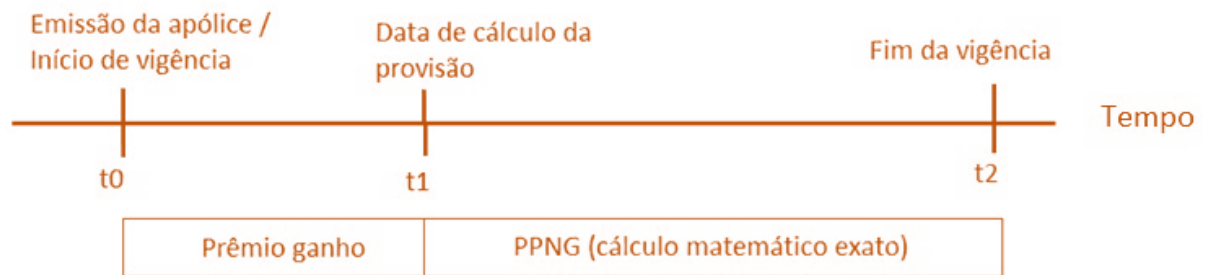


Figura 6 - Esquema das reservas de prêmio. Fonte: <https://www.tudosobreseguros.org.br/o-que-e-e-como-sao-calculadas-as-provisoes-tecnicas/>

IBNR

A provisão IBNR é uma estimativa das indenizações de sinistros ocorridos num determinado período (que pode ser bimestre, trimestre, semestre ou ano) e, por razões diversas, não avisados nesse mesmo período, mas em datas posteriores. Existem várias metodologias para o cálculo dessa provisão.

Na legislação brasileira, a provisão deve ser constituída mensalmente. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) não determina nenhuma metodologia específica de cálculo, cabendo a cada seguradora desenvolver o método estatístico mais adequado às características de suas operações. No entanto, a Susep analisará a consistência dos valores constituídos, podendo, a qualquer tempo, determinar os ajustes necessários. A metodologia adotada deve estar definida em “nota técnica atuarial”, isto é, no documento que detalha as bases técnicas necessárias para o cálculo da provisão.

A análise da provisão é efetuada através de testes de consistência, os quais comparam, para cada data-base, os valores calculados pela Susep com os informados pela sociedade supervisionada. Os valores calculados pela Susep são baseados nas informações registradas nos Quadros Estatísticos do FIP/Susep, e consideram os sinistros avisados com atraso em cada data-base analisada, sempre utilizando os valores mais atualizados, incluindo reavaliações, cancelamentos e reaberturas. Por se tratar de um teste baseado em observações passadas, quanto mais distante da data-base analisada, mais informações estarão disponíveis sobre os atrasos de aviso de sinistros. Assim, valores calculados pela Susep para os meses

mais recentes tendem a ser menores que os informados pela companhia, sem que isso signifique suficiência ou adequação da referida provisão. Dado que se trata de um cálculo estatístico, não se espera que os valores constituídos de provisão de IBNR pela companhia sejam sempre iguais aos calculados pela Susep. No entanto, espera-se que, na média, essas diferenças se aproximem de zero.

NOVA PRÁTICA

CENÁRIO

A IFRS 17 que dispõe sobre Contratos de Seguro estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido com princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Estas informações fornecem a base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos dentro do alcance da IFRS 17 têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade.

A Norma IFRS anterior sobre contratos de seguro, a IFRS 4, possuía caráter provisório que permitia que as entidades adotassem uma grande variedade de práticas contábeis locais para contrato de seguro. As diferenças no tratamento contábil de jurisdições e produtos dificultaram para os investidores e analistas a compreensão e a comparação dos resultados das seguradoras.

A maioria das partes interessadas, inclusive as seguradoras, concordaram com a necessidade de uma norma de contabilidade de seguro global mesmo que as opiniões variassem sobre como ela deveria ser. Os riscos de seguro complexos e de longo prazo são difíceis de refletir na mensuração do contrato de seguro.

Algumas práticas de contabilização de seguros anteriores, permitidas pela IFRS 4, não refletiam adequadamente as verdadeiras posições financeiras subjacentes ou o desempenho financeiro de tais contrato de seguro. Para abordar essas questões, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (o “Conselho”) conduziu um projeto para tornar as demonstrações financeiras das seguradoras mais úteis e as práticas de contabilização de seguro uniformes entre jurisdições.

O prazo para a implementação do IFRS 17 está assim representado:

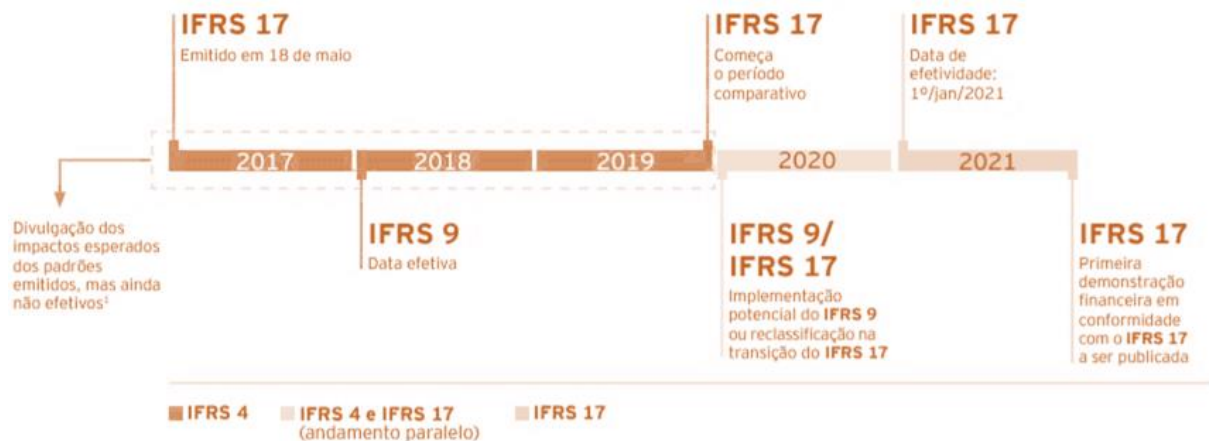


Figura 7- Demonstração de prazos da IFRS 17. Fonte: [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Brasil-IFRS-17/\\$File/EY-IFRS17.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Brasil-IFRS-17/$File/EY-IFRS17.pdf)

PRINCÍPIOS

Os princípios-chave na IFRS 17 são de que uma entidade:

- Identifica como contratos de seguro aqueles contratos sob os quais a entidade aceita risco de seguro significativo da outra parte concordando em indenizar o titular da apólice se um evento futuro incerto específico (o “evento segurado”) afetar adversamente o titular da apólice.
- Divide os contratos em grupos que irá reconhecer e mensurar.
- Reconhece e mensura os grupos de contratos de seguro ao valor presente ajustado ao risco dos fluxos de caixa futuros e um valor que represente o lucro a apropriar no grupo de contratos
- Reconhece o lucro de um grupo de contratos de seguro durante o período em que a entidade fornece cobertura de seguro e conforme a entidade é liberada do risco. Se um grupo de contratos é ou se torna geradora de prejuízo, uma entidade reconhece o prejuízo imediatamente.
- Apresenta separadamente a receita de seguro, as despesas de serviços de seguro e as receitas ou despesas financeiras de seguro.
- Divulga informações para permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem os efeitos dos contratos dentro do alcance da IFRS 17 têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade.

- Mensura o valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajuste de risco explícito, reavaliado em cada data base (os fluxos de caixa de realização).
- Os resultados dos serviços de seguro (receita auferida menos sinistros ocorridos) são apresentados separadamente das receitas ou despesas financeiras de seguro.

SEGREGAÇÃO DE COMPONENTES

A nova norma exige que as entidades separem os seguintes componentes de contratos de seguro:

- derivativos embutidos, caso atendam a determinados critérios especificados;
- componentes de investimento distintos;
- obrigações de desempenho distintas para fornecer bens e serviços não vinculados a seguros.

CARTEIRAS DE CONTRATOS

Uma entidade deve identificar as carteiras dos contratos de seguro. Uma carteira é composta de contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados juntos. Os contratos dentro de uma linha de produtos teriam supostamente riscos semelhantes e, portanto, estariam supostamente na mesma carteira se fossem administrados juntos. Os contratos em linhas de produtos diferentes (por exemplo, renda fixa de prêmio único comparado ao seguro de vida de prazo definido comum) não teriam supostamente riscos semelhantes e, portanto, não estariam supostamente em carteiras diferentes. A entidade deve separar seus contratos em onerosos, possivelmente onerosos e não onerosos e não deve incluir contratos emitidos com a diferença de um ano na mesma carteira.

Para mensurar um grupo de contratos, uma entidade pode estimar os fluxos de caixa de cumprimento em um grau maior de agregação do que o grupo ou a carteira, desde que a entidade seja capaz de incluir os fluxos de caixa de cumprimento adequados na mensuração do grupo.

APLICAÇÃO E NÃO APLICAÇÃO

Uma entidade deve aplicar a IFRS 17:

- Contratos de seguro, inclusive contrato de resseguro, que emite
- Contratos de resseguro que mantém
- Contratos de investimento com características de participação discricionária que emite, desde que a entidade também emita contratos de seguro.
- Contratos de resseguro mantidos
- Contratos de investimento com características de participação discricionária

Todas as referências na IFRS 17 aos contratos de seguro emitidos também se aplicam aos contratos de seguro adquiridos pela entidade em uma transferência de contratos de seguro ou uma combinação de negócios exceto os contratos de resseguro mantidos

Uma entidade não deve aplicar a IFRS 17:

- Garantias fornecidas por um fabricante, revendedor ou varejista com relação à venda de seus bens ou serviços a um cliente
- Ativos e passivos de empregadores previstos em planos de benefício aos empregados e obrigações de benefício de aposentadoria informadas por planos de pensão de benefício definido
- Direitos contratuais ou obrigações contratuais que sejam condicionadas ao uso futuro ou direito de uso de um item não financeiro
- Garantias de valor residual fornecidas por um fabricante, revendedor ou varejista e as garantias de valor residual do arrendatário quando estiverem embutidas em um arrendamento
- Contratos de garantia financeira, exceto se a emitente tiver anteriormente afirmado explicitamente que considera esses contratos como contratos de seguro e tiver utilizado a contabilização aplicável a contratos de seguro.
- Contraprestação contingente a pagar ou a receber em uma combinação de negócios
- Contratos de seguro nos quais a entidade é a titular da apólice, exceto se esses contratos forem contratos de resseguro mantidos.

ABORDAGEM E MENSURAÇÃO

Para a norma, as entidades devem reconhecer e separar seus contratos em onerosos, não onerosos e com possibilidade de se tornarem onerosos e então escolher a forma de abordagem de cada contrato, descrita a seguir:

Building Block Approach

É a abordagem padrão, geralmente aplicada para os contratos de seguro.

É baseado nas estimativas de fluxos de caixa futuros, levando em conta o ajuste ao valor temporal do dinheiro (ou seja, aplicação de desconto) e os riscos financeiros relacionados aos fluxos de caixa futuros. Esse modelo se aplica a todos os contratos que não tenham características de participação direta.

FLUXO DE CAIXA

No modelo BBA, os fluxos de caixa futuros esperados incluídos na mensuração do passivo de seguro devem ser explícitos e refletir de forma neutra o alcance dos possíveis resultados, com base nas condições na data da mensuração. Deve ser imparcial, atualizado, explícito e refletir todos os cenários possíveis.

TAXA DE DESCONTO

A função principal da taxa de desconto é ajudar o valor do fluxo de caixa para que este seja corretamente refletido no tempo. A taxa de desconto será atualizada no final de cada data base, com base no princípio de que deve refletir as características do passivo. A norma traz as abordagens top down e bottom up.

AJUSTE DO RISCO

O ajuste de risco incorpora um ajuste de mensuração aos fluxos de caixa esperados com base na remuneração que a entidade exigiria para arcar com a incerteza sobre o montante e a época dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros, conforme ela cumpre o contrato de seguro. Esses três primeiros elementos fundamentais são denominados coletivamente como os fluxos de caixa de realização do passivo de seguro.

Margem de Serviço Contratual (MSC)

A margem de serviço contratual no final do período de relatório representa o lucro no grupo de contratos de seguro que ainda não foi reconhecida no resultado porque está relacionado ao serviço futuro a ser prestado de acordo com os contratos no grupo.

Além dos fluxos de caixa de realização, o passivo de seguro inclui a MSC. A entidade a reconhecerá, pois ela presta serviços sob o grupo de contratos ao longo do tempo. No início, será igual e oposta aos fluxos de caixa de realização, mais quaisquer fluxos de caixa antes da cobertura (por exemplo, custos de aquisição), desde que um grupo de contratos não seja oneroso.

Não pode ser negativa no início pois qualquer valor negativo líquido dos fluxos de caixa de realização no início será registrado imediatamente no resultado.

Os juros serão acumulados sobre a MSC ao longo do tempo, com base na taxa de desconto utilizada no início para determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados.

Será lançada no resultado com base em unidades de cobertura, refletindo a quantidade dos benefícios fornecidos e a duração esperada da cobertura dos demais contratos no grupo.

É ajustada posteriormente para determinadas mudanças nas estimativas de fluxos de caixa futuros e ajuste de risco. O ajuste é denominado como 'desbloqueio'. Todas as premissas de fluxo de caixa de realização serão atualizadas sem toda data base. As mudanças nos fluxos de caixa de realização que se relacionam com serviços futuros serão adicionadas ou deduzidas da MSC restante (ou seja, desbloqueio da MSC). Exemplos desses efeitos são mudanças nas premissas que causam uma alteração na estimativa dos fluxos de caixa futuros do passivo da cobertura restante. As alterações relativas aos serviços passados e atuais (por exemplo, as diferenças entre os sinistros reais e esperados ocorridos no período atual e as mudanças nas estimativas dos fluxos de caixa de realização do passivo de sinistros ocorridos em períodos anteriores) devem ser reconhecidas no resultado como parte das despesas do serviço de seguro para o período.

- Mudanças nos fluxos de caixa de realização que não variam com base nos itens subjacentes relativos a serviços futuros.

ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (AAP)

Uma abordagem simplificada com base em alocação de prêmio pode ser aplicada ao passivo ou à cobertura restante se um grupo de contratos cumprir os seguintes critérios de elegibilidade: o período de cobertura, conforme determinado pela definição do limite do contrato na IFRS17, é de um ano ou menos.

O uso da AAP ocasionaria uma mensuração do passivo da cobertura remanescente que não seria substancialmente diferente (ou seja, seria uma aproximação razoável) do resultado que decorreria da aplicação da mensuração dos elementos fundamentais no Modelo Geral. A norma descreve exemplos de circunstâncias nas quais a AAP não seria uma aproximação razoável do Modelo Geral. Para os contratos contabilizados de acordo com a AAP, os critérios para determinar o nível de agregação foram adaptados para refletir sua natureza simplificada: uma entidade deve presumir que nenhum contrato em uma carteira é oneroso no início, a menos que haja fatos e circunstâncias que indiquem o contrário. A entidade deve identificar contratos com possibilidade significativa de se tornar oneroso após o início, com base na probabilidade de mudanças subsequentes nos fatos e circunstâncias. Além do passivo da cobertura remanescente, uma entidade precisa estabelecer um passivo de sinistros ocorridos.

O passivo dos sinistros ocorridos se baseia nos fluxos de caixa de realização (valor do desconto esperado dos pagamentos de sinistros, inclusive ajuste de risco). O conceito geral de contabilidade, segundo a AAP mais o passivo de sinistros ocorridos, seria bastante semelhante aos modelos contábeis atuais para contratos de ramos elementares (frequentemente com base em prêmios não ganhos e sinistros ocorridos), embora alguns aspectos, como o desconto de sinistros e ajuste explícito de risco, resultarão em mudanças em relação à contabilização dos contratos atuais de ramos elementares.

Ao aplicar a abordagem de alocação de prêmio, uma entidade pode optar por reconhecer quaisquer fluxos de caixa de comercialização de seguro como despesas quando incorrer esses custos, desde que o período de cobertura de cada contrato no

grupo no reconhecimento inicial não seja maior que um ano. Ela também deve mensurar o passivo pelos sinistros incorridos para o grupo de contratos de seguro nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos sinistros incorridos. No entanto, a entidade não é obrigada a ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro se espera que esses fluxos de caixa sejam pagos ou recebidos em um ano ou menos da data em que os sinistros são incorridos.

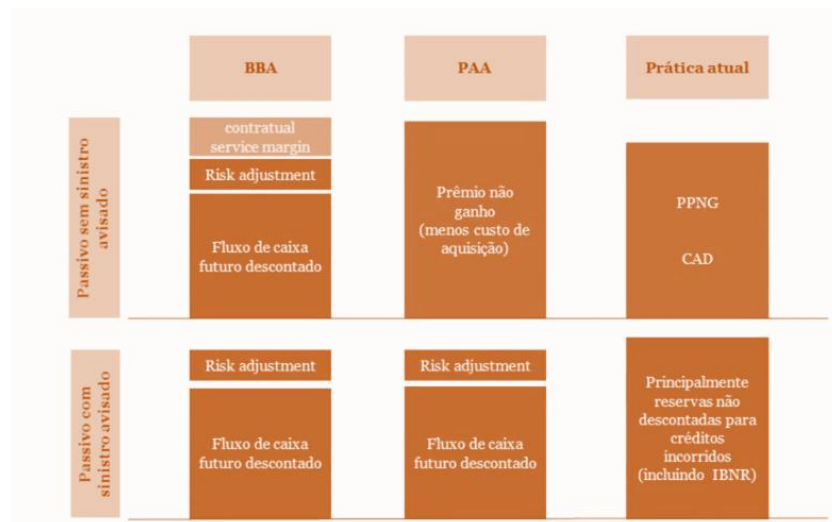


Figura 8- Comparação dos modelos atuais. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=St67EpEQ-fw&t=251s>

ABORDAGEM DE TAXA VARIÁVEL (ATV)

A ATV é uma adaptação da abordagem dos elementos fundamentais aplicada no Modelo Geral, especificamente projetada para contabilizar contratos com características de participação direta (também denominados “contratos de participação direta”).

Um contrato tem característica de participação direta se ele atende aos três seguintes requisitos:

- Os termos contratuais especificam que o segurado participa de uma parcela de um conjunto claramente identificado de itens subjacentes (por exemplo, ativos financeiros ou um conjunto de contratos)
- A entidade espera pagar ao segurado um valor igual a uma parcela substancial do retorno do valor justo dos itens subjacentes

- A entidade espera que uma parte substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao segurado varie de acordo com a mudança no valor justo dos itens subjacentes.

Essa avaliação, com relação ao contrato cumprir ou não esses critérios, é feita apenas uma vez no início do contrato. A justificativa do IASB para incluir essa abordagem é que a MSC, segundo a abordagem geral, não refletiu adequadamente a economia que cria um contrato de participação direta. Especificamente a diferença entre o valor justo dos itens subjacentes e o valor que a entidade é obrigada a pagar ao segurado é vista como uma taxa variável. No início, essa taxa compreende a parcela esperada da entidade do valor justo dos itens subjacentes, aos quais os contratos de participação têm direito, menos os fluxos de caixa esperados que não variam com base nos itens subjacentes (por exemplo, benefícios fixos por morte e garantias de rendimento mínimo). Sendo assim, essa taxa variável representa a MSC segundo a ATV.

A MSC no âmbito da ATV será atualizada posteriormente para alterações na parcela da entidade no valor justo dos itens subjacentes.

Em resumo, três componentes separados dos passivos contratuais devem ser calculados e rastreados: o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, o ajuste de risco e a margem de serviço contratual. A margem de serviço contratual é calculada no nível do grupo de contrato e atualizada a partir do saldo relatado anterior. Os cálculos atuariais devem basear-se tanto na carteira de entrada em vigor quanto na final, e também devem levar em consideração os movimentos dessa carteira.

A seguir, é demonstrado a tabela resumo com os três modelos de mensuração:

Tabela Resumo – Modelos de mensuração de contratos IFRS 17

	O QUE É	CARACTERÍSTICAS	Tipos de Contrato
BBA	Modelo padrão para todos os contratos de seguro	Modelo de Fluxo de caixa descontado com provisão para riscos Taxas de desconto refletem a característica do mercado de seguro Apresentação da nova demonstração do resultado e definição da receita Divulgação mais detalhada Opção de outros resultados abrangentes para mudanças nas taxas de desconto a fim de reduzir a volatilidade do resultado Aplicada para determinar o passivo relativo a sinistros incorridos	Seguro de vida de longo prazo ou integral Renda imediata Seguro de vida universal Resseguro emitido Contratos com renda vinculada a informação
PPA	Modelo simplificado de contratos de curto prazo com menor variabilidade	O modelo simplificado opcional é permitido para contratos de curta duração (até um ano) ou nos casos em que há uma aproximação razoável da BBA. Aplicado para mensurar o passivo antes dos sinistros	Seguro geral de curto prazo Seguros de vida de curto prazo
ATV	Para tratar contratos com componente de participação onde o passivo com tomadores de seguro está ligado a itens subjacentes	Reflete o veículo com retornos subjacentes de contratos que fazem parte de um grupo claramente identificado de itens subjacentes de acordo com os quais os segurados recebiam parcela substancial do retorno e uma porcentagem significativa dos fluxos de caixa que varia com esses itens	Rendas variáveis conforme o modelo dos Estados Unidos Contratos do tipo with profits (Reino Unido)

Figura 9- Tabela resumo dos modelos. Adaptada do paper disponível em <https://www.pwc.com.br/pt/auditoria/ifrs/ifrs-17-para-seguradoras.html>

PRÁTICA ATUAL X NOVA PRÁTICA

IFRS 4

A IFRS 4 exige que as seguradoras separem derivativos embutidos e depósitos de contratos de seguro em algumas circunstâncias. No entanto, não exige das seguradoras separar do contrato de seguro quaisquer obrigação de fornecer bens ou serviços não relacionados com seguros que estão incorporados no contrato de seguro, em outras palavras, sua parte financeira.

COMPARATIVOS

As principais mudanças nos contratos de seguros de curto prazo, dependendo do seguro existente das empresas práticas contábeis dizem respeito a taxa de desconto do passivo para que haja o ajuste de risco explícito, a maneira de avaliar e determinar grupos de onerosos contratos, e ao aumento das informações fornecidas nas notas às demonstrações financeiras sobre sinistros

Dentre os principais comparativos relacionados ao IFRS 17 e as práticas atuais, pode-se citar os relativos a:

ESTIMATIVAS ATUAIS

Atual

Atualmente, a maioria das seguradoras usa estimativas que não são totalmente atualizadas após o início do contrato. Normalmente, algumas ou todas essas suposições são atualizadas somente em circunstâncias específicas - por exemplo, quando os contratos são considerados onerosos. As seguradoras que operam em algumas jurisdições usam principalmente estimativas atuais, mas apenas para produtos específicos.

IFRS 17

Para fornecer informações transparentes e oportunas sobre os riscos de seguro, e alterações nesses riscos, a IFRS 17 requer o uso de estimativas atuais com base nas informações mais atualizadas disponíveis e divulgação do hipóteses relevantes.

TAXAS DE DESCONTO

Atual

Atualmente, muitas seguradoras descontam os fluxos de caixa futuros dos contratos usando taxas de desconto baseadas no retorno esperado em ativos. Algumas seguradoras usam uma taxa de desconto especificada por lei ou por um regulador. Outras usam a de taxa livre de risco. E por fim há outras que não descontam nada.

IFRS 17

O IFRS 17 exige que se desconte os fluxos de caixa dos contratos usando taxas de desconto que reflitam as características do fluxos de caixa decorrentes da obrigação de contrato de seguro e não taxas com base nas características dos ativos que respaldam esse passivo.

AJUSTE EXPLÍCITO DO RISCO

Atual

Atualmente, as abordagens das seguradoras para refletir o risco diferem: algumas companhias usam uma provisão ou, mais comumente, uma margem de risco aceita.

Outras entidades, usam um ajuste de risco para alguns tipos de contrato, mas não para outros e por fim alguns usam uma margem de risco apenas para fins regulatórios e não usam para relatórios financeiros.

IFRS17

A IFRS 17 exige que uma empresa inclua sempre um risco explícito e atual ajustamento na mensuração de contratos de seguro e para fornecer divulgações relevantes. Ajustes explícitos de risco fornecem informações úteis sobre a empresa visão do ônus econômico imposto pelos riscos associados aos contratos de seguro da empresa e como esse risco muda ao longo do tempo.

AGRUPAMENTO DE CONTRATOS

Atual

Atualmente, a maioria das seguradoras não especifica como ou com qual base os contratos de seguro são agregados para fins de mensuração. Isto significa que algumas seguradoras podem compensar as perdas decorrentes de contratos com ganhos decorrentes de outros contratos de seguros. O resultado desta prática, pode obscurecer as diferenças de rentabilidade entre diferentes contratos de seguro.

IFRS 17

O IFRS 17 exige que a entidade identifique suas carteiras de contratos de seguro e divida cada portfólio em:

- contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver;
- um grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade de tornar-se onerosa posteriormente, se houver; e
- um grupo de contratos remanescentes, se houver.

Cada grupo só pode incluir contratos emitidos há não mais do que um ano. O agrupamento de contratos é necessário para garantir o reconhecimento oportuno de perdas quando surgem e a alocação relevante e oportuna de lucro (margem de serviço contratual), assim como fornece informações sobre o desenvolvimento da rentabilidade ao longo do tempo.

RECONHECIMENTO DA ONEROSIDADE

Atual

Atualmente, a maioria das seguradoras não especifica como testam se os seguros contratos se tornaram onerosos. O IFRS 4 contém poucos requisitos para esta avaliação.

IFRS 17

A norma exige que a entidade identifique contratos onerosos no início do reconhecimento. A empresa é obrigada a reconhecer perdas naqueles contratos imediatamente no resultado. É necessário atualizar regularmente os fluxos de caixa e:

- reconhecer no resultado perdas adicionais para grupos de ativos onerosos;
- ajustar a margem de serviço contratual para outros grupos de contratos.

Se a margem de serviço contratual para esses grupos de contratos for reduzida a zero, as alterações para saídas adicionais esperadas são reconhecida nos lucros ou prejuízos.

RECONHECIMENTO DO LUCRO

Atual

Atualmente, as seguradoras reconhecem os lucros inconsistentemente ao longo do tempo. O momento do reconhecimento do lucro para serviços de seguros pode variar significativamente por jurisdição e por produto. Algumas seguradoras reconhecem lucro imediatamente quando um contrato de seguro é escrito. Outras seguradoras reconhecem o lucro apenas quando o contrato termina. Outras seguradoras reconhecem o lucro ao longo da duração do seguro contrato com base na passagem do tempo.

IFRS17

O IFRS 17 exige que a entidade reconheça o lucro de acordo com a forma como é adquirido de usando a margem de serviço contratual - reconhecida como lucro como a empresa fornece serviços durante o período de cobertura; e o ajuste de risco - reconhecido no resultado como a empresa.

A IFRS 17 requer uma abordagem consistente para o reconhecimento e mensuração da margem de serviço contratual e para a determinação de ajustes explícitos de risco.

COMPARATIVIDADE DA RECEITA

Atual

Atualmente, a maioria das seguradoras apresenta os prêmios recebidos ou a receber, como receita no resultado, embora alguns não relatem depósito componentes como receita. Esta prática é inconsistente com os princípios e outras Normas IFRS aplicáveis a outras indústrias.

IFRS 17

A IFRS 17 exige que a entidade relate como receita de seguro a compensação por serviços em uma base de prêmio. Isso é comparável ao reconhecimento de receita para outras indústrias. Como resultado, ao aplicar IFRS 17, a receita de seguros excluirá os componentes de depósito que representam os investimentos dos segurados, e não a compensação pelos serviços.

POLÍTICAS CONTÁBEIS CONSISTENTES

Atual

Atualmente, algumas seguradoras separam alguns componentes de depósito (ou seja, saldos de contas) incorporados num contrato de seguro e como instrumentos financeiros. Da mesma forma, algumas seguradoras separam alguns serviços não relacionados com seguros e contabilizá-los de acordo com requisitos de reconhecimento de receita. Em contraste, outras seguradoras medem todo o contrato de seguro, incluindo quaisquer componentes não seguros, como um grupo de direitos e obrigações.

IFRS 17

Consistentemente com os requisitos de outras Normas IFRS, IFRS 17 exige que todas as seguradoras usem a mesma abordagem para a separação. Quando aplicação da IFRS 17, componentes de depósito, bens e serviços não relacionados a seguros serão separados dos contratos de seguro se forem distintos do componente de seguro.

ABORDAGEM PADRÃO PARA OS COMPONENTES DO CONTRATO

Atual

Atualmente, algumas seguradoras aplicam medidas e apresentações e diferentes abordagens aos vários componentes do seguro que compreendem contrato de seguro. Por exemplo, algumas seguradoras tratam os custos de aquisição como ativos intangíveis e recebíveis de prêmios como ativos financeiros.

IFRS 17

Ao aplicar a IFRS 17, a mensuração dos contratos de seguro reflete em todos os componentes dos contratos. Como resultado, os contratos serão apresentados no balanço como contrato de seguro passivos (ou como ativos de contrato de seguro). Esta apresentação, juntamente com reconciliações detalhadas dos saldos de abertura e fechamento das notas às demonstrações financeiras declarações, deverá melhorar a compreensão dos valores relacionados a contratos de seguros nas demonstrações financeiras.

INFORMAÇÕES

Atual

A IFRS 4 - como norma provisória - permite que as seguradoras se afastem da exigência nas Normas IFRS para desenvolver políticas contábeis para contratos de seguro (utilizando normas próprias) que forneçam informações relevantes e confiáveis investidores e analistas.

IFRS17

A IFRS 17 remove essa isenção na IFRS 4 de modo que, ao aplicar a IFRS 17, políticas contábeis para contratos de seguro devem resultar em um relatório padronizado para usuários de demonstrações financeiras.

OS PRÓXIMOS PASSOS

Para que as entidades consigam seguir as regras e atender aos prazos impostos pelo IASB, será preciso uma estrutura organizacional e gestão de profissionais fortemente ativa.

As entidades a princípio devem concentrar seus esforços em:

- Entender os contratos de seguro atualmente comercializados pelas companhias.
- Criar um cronograma de implementação. A norma apresenta diversos pontos complexos.
- Apurar e equalizar investimentos relevantes que serão demandados
- Estabelecer sinergia com outros pronunciamentos contábeis como as IFRS 9 e 15.
- Desencadear um processo de comunicação, para envolver áreas e viabilizar as alterações nas estruturas de controles internos das seguradoras.
- Estabelecer um processo de gestão de projeto, já que será fundamental a gestão de maneira coordenada entre as áreas.
- Documentar os processos, pois a norma demandará políticas corporativas, procedimentos operacionais, registros contábeis, divulgação em notas explicativas e alterações significativas na forma de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise entre as mudanças propostas pelo novo pronunciamento da IABS que dispõe sobre os contratos de seguro para o mercado segurador, o IFRS 17. Além disso, demonstrou alguns conceitos relacionados ao processo do seguro para o entendimento da norma.

Ao fazer a comparação entre as mudanças propostas pela nova norma global e a norma atual também global (porém apresentada de modo geral, pois permite a inserção de normas locais) foi evidenciado a introdução de novos conceitos, como o de contratos onerosos e a separação por grupos de contrato assim como a abordagem diferente para cada um deles. Também pode-se inferir que a norma provocará impactos consideráveis no mercado e que as entidades terão que demonstrar rápida adaptação ao novo cenário.

Dada a importância do assunto, é necessário o desenvolvimento de torná-lo mais inserido no meio atuarial e contábil, para que as metas propostas sejam atingidas.

BIBLIOGRAFIAS

Conjuntura do Mercado. Tudo Sobre Seguros, 2019. Disponível em < <https://www.tudosobreseguros.org.br/conjuntura/>>

Contratos de Seguro e suas principais espécies. Âmbito Jurídico. Disponível em < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10754&n_link=revista_artigos_leitura>

Dino. Setor de Seguros aposta em um novo mercado de consumidores. Exame, 2019. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/setor-de-seguros-aposta-em-novo-mercado-de-consumidores/>>

Emissão da IFRS 17 pelo IASB. EY, 2017. Disponível em <[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/IFRS_2017/\\$File/Alerta-Contabilidade-Seguros-EY-2017.PDF](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/IFRS_2017/$File/Alerta-Contabilidade-Seguros-EY-2017.PDF)>

História do Seguro. SUSEP – Anuário Estatístico Susep, 1997. Disponível em < <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>

IASB emite norma IFRS – Contratos de Seguro. IBRACON, 2017. Disponível em < <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4471>>

IFRS 4 – Insurance Contracts. IASB. Disponível em < <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-4-insurance-contracts/>>

IFRS Insurance Contracts. IASB, 2017. Disponível em < <https://www.ifrs.org/-/media/project/insurance-contracts/ifrs-standard/ifrs-17-effects-analysis.pdf>>

IFRS na prática: tudo sobre as normas internacionais de contabilidade. GEN.Gestão&Negócios, 2019. Disponível em <
<https://gennegociosegestao.com.br/ifrs-na-pratica/>>

Impacts of IFRS 17 – Insurance Contracts Accounting Standard. Disponível em <
[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-impact-of-ifrs-17-for-insurers/\\$FILE/EY-ifrs-17-global-dsp-considerations.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-impact-of-ifrs-17-for-insurers/$FILE/EY-ifrs-17-global-dsp-considerations.pdf)>

Mercado Segurador Brasileiro – Resultados e Perspectivas. CNSEG, 2018. Disponível em <
<http://cnseg.org.br/publicacoes/mercado-segurador-brasileiro-resultados-e-perspectivas.html>>

Mercado de Seguros Mundial alcança R\$5 trilhões em prêmios emitidos. Sincor, 2018. Disponível em<
<https://www.sincor.org.br/mercado-de-seguros-mundial-alcanca-r-5-trilhoes-em-premios/>>

Mercado Segurador. CNSEG, 2019. Disponível em<
http://cnseg.org.br/data/files/8B/57/81/6F/98ADA61069CEB5A63A8AA8A8/3.1%20Conjuntura_CNSeg_07_mercado.pdf>

NETO, Amaro. A Origem do IFRS. Contábeis, 2013. Disponível em
 <<https://www.contabeis.com.br/artigos/1433/a-origem-da-ifrs/>>

O que é e como são calculadas as reservas das seguradoras. Tudo Sobre Seguros. Disponível em <
<https://www.tudosobreseguros.org.br/o-que-e-e-como-sao-calculadas-as-provisoes-tecnicas/>>

O que é Globalização. Significados, 2019. Disponível em <<https://www.significados.com.br/globalizacao/>>

Orientações da Susep ao Mercado – Provisões Técnicas. SUSEP, 2018. Disponível em< http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/copra/arquivos-copra/orientacoes/Provisoes%20Tecnicas%20-%20Versao%20-%202018_11.pdf>

Profissão atuário. FEA – USP. Disponível em <<https://www.fea.usp.br/contabilidade-e-atuaria/graduacao/bacharelado-em-atuaria/profissao-atuario>>

Relatório Swiss Re – Comunicado de imprensa. Swiss Re Institute, 2017. Disponível em <https://media.swissre.com/documents/nr_20180705_sigma_3_2018_pt.pdf>

Santos, Cristiano. Palestra CONBCON 2018 CPC IFRS 2017 Contratos de Seguro. 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=St67EpEQ-fw&t=251s>>